AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE CASTRO DAIRE - 161718

REUNIÃO DO CONSELHO GERAL	**ATA Nº 7** **Ano Letivo 2012/2013**

----- Aos onze dias do mês de julho de dois mil e treze, pelas dezoito horas, realizou-se na Escola Secundária, uma reunião do Conselho Geral, sob a presidência do professor Carlos António Silva, na presença dos membros que compõem este órgão com a exceção dos que passo a citar: Alberto Gonzalez Misa de Freitas, Carlos Miguel Morgado Quintans, José Fernando Carneiro Pereira, José Pereira de Almeida, Manuela Duarte Macedo, Maria Adília Rocha e Rui Manuel Braguês. A conselheira Maria Adília Rocha apresentou justificação para a sua ausência.----------

----- O presidente iniciou a reunião com a seguinte ordem de trabalhos:----------

----- Ponto um – Apreciação dos relatórios periódicos de execução do Plano Anual de Atividades;

----- Ponto dois – Definição de linhas orientadoras do planeamento e execução, pelo diretor, das atividades no domínio da ação social escolar; ----------

----- Ponto três – Pronúncio sobre os critérios de organização dos horários;----------

----- Ponto quatro – Plano de atividades do Conselho Geral para o próximo ano letivo;----------

----- Ponto cinco – Aprovação do mapa de férias do diretor;----------

----- Ponto seis – Outros assuntos.----------

----- Seguidamente procedeu-se à leitura e aprovação da ata da reunião anterior.----------

----- Relativamente ao ponto um da ordem de trabalhos, o presidente questionou sobre a apresentação dos relatórios periódicos de execução do plano anual de atividades. O diretor do agrupamento informou que os coordenadores, devido ao fim de ano ter sido atribulado, não conseguiram entregar os documentos, pelo que o relatório final ainda não está concluído. Após algumas sugestões ficou decidido que será enviado no início do próximo ano letivo a todos os conselheiros. O presidente da reunião pediu para que nos relatórios periódicos, fossem evidenciadas as atividades realizadas no âmbito do plano anual de atividades, que proporcionaram o cumprimento dos objetivos e metas do projeto educativo e do projeto de intervenção na escola. Seguidamente manifestou apreço pelo trabalho realizado pela direção e pela apresentação do Agrupamento, feita pelo diretor, à Inspeção Geral de Educação e Ciência, no qual foram focados os aspetos positivos. O diretor resumiu a intervenção da inspeção e manifestou satisfação

relativamente ao parecer dos inspetores. Embora fossem detetadas falhas em alguns painéis na generalidade correu bem, pois todos se uniram pela mesma causa. Aconselhou a que se fizesse a autoavaliação e que quem não se preparou convenientemente, fosse mais empenhado numa futura avaliação. Acrescentou que foi notória a boa impressão com que a inspeção ficou quanto às estruturas deste agrupamento, nomeadamente na forma colaborativa com que as associações trabalham com a escola. No que se refere aos resultados escolares do secundário referiu que todos ficámos desconsolados, pois estes foram fracos. Disse também que os resultados dos exames do quarto ano a português estiveram abaixo da média nacional, mas muito próximos e que os resultados de matemática ficaram quinze por cento acima da média nacional. Salientou que as provas não estavam mal elaboradas, o grave problema estava nos critérios porque por vezes houve incoerências na aplicação dos mesmos. Os exames do nono ano deviam ter sido feitos todos no mesmo dia, pois nunca se consegue garantir que o nível de dificuldade seja o mesmo, ficando os alunos em desigualdade de circunstâncias. Os professores corretores estão descontentes com a forma como receberam algumas orientações, pelo que vão, manifestar por escrito esta situação. A conselheira Isabel Souto, representante da Associação de Pais referiu que de imediato alguém devia orientar os alunos para solicitarem a reapreciação das provas pois podiam melhorar os seus resultados e os conselheiros concordaram. Após algumas intervenções, concluiu-se que se iria tomar uma posição. Seguidamente acordou-se que os professores corretores iriam elaborar um documento com base nas informações recolhidas, pois seriam as pessoas mais indicadas, e que os membros do Conselho Geral apoiavam esta decisão.----------

----- No que se refere ao ponto dois da ordem de trabalhos o presidente referiu que devia ser elaborado, por este conselho um documento com as linhas orientadoras do planeamento e execução pelo diretor, das atividades do domínio da ação social escolar. O Diretor falou de alguns dos procedimentos dos Encarregados de Educação e da escola, relativamente aos apoios económicos e alimentares. Salientou que os alunos carenciados têm sido apoiados na aquisição dos manuais escolares. Alguns encarregados de educação apresentam os recibos da compra efetuada e são reembolsados pelo Órgão de Gestão, noutros casos a Direção paga diretamente à papelaria. Os apoios alimentares ocorrem de manhã e a tarde e, de um modo geral, são os diretores de turma que fazem a deteção dos alunos mais necessitados. No entanto a direção é confrontada com famílias carenciadas que não estão referenciadas como tal, e que tenta contemplar, fazendo a atribuição do subsídio aos casos comprovados e também aos casos duvidosos. Seguidamente foi elaborado por este conselho, um documento, com as seguintes orientações consideradas mais pertinentes: a) facultar suplementos alimentares, a meio da manhã e à tarde, aos alunos cujas famílias possuam comprovadamente fracos recursos económicos, e aos quais sejam detetadas carências alimentares.

Estes alimentos devem ser de boa qualidade e o seu fornecimento deve ser feito de forma discreta; b) aos alunos subsidiados, que utilizem adequadamente o valor total atribuído para material escolar, e se verifiquem graves dificuldades para aquisição de outros materiais essenciais, deverão ser fornecidos esses materiais, conforme as necessidades, confirmando a boa utilização dos mesmos; c) auxiliar os alunos com escalão A ou B, na aquisição dos manuais escolares a que têm direito, disponibilizando o valor monetário respetivo, antes do momento da compra; d) promover, em conjunto com a associação de pais, a troca de manuais escolares usados. Foram feitas ainda as seguintes recomendações finais: a) na identificação das situações de carência e adequação das medidas a aplicar aos alunos, deverão participar todos os órgãos, tais como o pessoal docente e não docente, a associação de pais e entidades externas (município e juntas de freguesia); b) para evitar dúvidas na atribuição de apoios no âmbito da ação social escolar, recomenda-se a colocação, na página eletrónica do agrupamento, das informações essenciais sobre esta temática. Este documento será publicado na página eletrónica do agrupamento.----------

----- O conselheiro António Parente sugeriu que se colocasse também na página da escola uma advertência no sentido de solicitar aos alunos que já não estão a utilizar os livros, que os devolvessem, para serem emprestados através da Associação de Pais a outros alunos.----------

----- No que concerne ao terceiro ponto da ordem de trabalhos o presidente deste conselho propôs a elaboração de um documento, com os critérios de organização dos horários. Questionou, se consideravam uma medida positiva, os tempos letivos terem a duração de sessenta minutos. A conselheira Ema Costa mencionou que eram mais rentáveis os blocos de sessenta minutos, do que os de noventa ou os de quarenta e cinco minutos. Os membros do Conselho Geral concordaram e o Diretor do Agrupamento acrescentou que se iria tentar implementar aulas com a duração de sessenta minutos, em vez de blocos de noventa minutos. O presidente do Conselho Geral propôs que os professores da mesma área estivessem disponíveis no mesmo horário, para haver um trabalho mais colaborativo. O diretor considerou que essa articulação teria que ser em regime de obrigatoriedade, para funcionar convenientemente. O professor António Júlio alertou para que as atividades extra curriculares fossem lecionadas nos últimos tempos da tarde, para que não fossem prejudicadas as atividades curriculares. O diretor acrescentou que há ainda alguma incerteza quanto à forma como vão ser organizadas as atividades extra curriculares.----------

----- Seguidamente, foram definidas as seguintes orientações para a organização dos horários dos alunos e dos professores: horários dos alunos – a) proporcionar aos alunos, sempre que possível, tardes sem componente letiva; b) Evitar que as atividades extracurriculares (desporto escolar e outras) coincidam com tempos de aulas; c) criar nos horários dos diretores de turma (nomeadamente do ensino básico) um bloco de 45 minutos para que estes possam reunir com a turma e tratar de

assuntos relacionados com a mesma; d) evitar que as disciplinas que exigem mais concentração e/ou sujeitas a exame nacional, sejam lecionadas nos últimos tempos letivos, principalmente da tarde; e) ponderar, no ensino básico, a substituição dos blocos de 90 minutos, por blocos de 60 minutos; f) evitar disciplinas, designadamente educação física e línguas estrangeiras, em dias consecutivos. Relativamente aos horários dos professores – a) atribuir horários de acordo com a continuidade pedagógica, tendo em atenção a relação alunos – professor; b) atribuir os apoios educativos aos docentes que lecionam a respetiva disciplina às turmas a que pertencem os alunos indicados para o apoio; c) promover o trabalho colaborativo nas horas da componente não letiva (tempos de escola) em cada grupo de recrutamento; d) distribuição equilibrada de níveis pelos vários professores do grupo/disciplina; e) evitar que os docentes lecionem em várias escolas do agrupamento.----------

----- Quanto ao ponto quatro da ordem de trabalhos, o professor Paulo Matos referiu que a equipa de segurança do Conselho Geral fez muitas alterações e bastante significativas e que os casos mais complicados foram resolvidos, mas que há ainda o caso de um quadro elétrico para solucionar. Os níveis de segurança têm melhorado muito. No entanto a legislação em vigor obriga a que façam e testem os planos. Assim no próximo ano serão testados os planos de evacuação com a colaboração dos bombeiros (simulacro), será feita a verificação de condições de segurança nos diversos estabelecimentos de educação do agrupamento, a conclusão de vistorias e tentar-se-á aproveitar os conhecimentos técnicos dos alunos do curso profissional de proteção civil.----------

----- O presidente da reunião questionou se seria necessário criar uma equipa de acompanhamento da atividade dos demais órgãos. Este conselho decidiu que seria dispensável, uma vez que todos os órgãos do agrupamento apresentam ao conselho geral, periodicamente, os relatórios das atividades desenvolvidas.----------

----- No ponto cinco da ordem de trabalhos procedeu-se à apreciação do mapa de férias do diretor do agrupamento, que seguidamente foi aprovado por unanimidade.----------

----- Chegados ao ponto seis “outros assuntos” observou-se que o conselheiro José Pereira de Almeida, representante da associação de pais não tem assistido às reuniões pelo que se propôs que fosse substituído pelo primeiro suplente, tal como consta no regimento interno do Conselho Geral. Para o efeito concluiu-se que o senhor José Pereira de Almeida deve ser informado por escrito e comunicar também ao seu substituto, senhor Manuel de Almeida Rocha que passa a integrar o Conselho Geral. O presidente da reunião irá proceder conforme esta decisão. A conselheira Ema Seabra deu a conhecer um novo correio eletrónico para lhe serem enviadas as convocatórias. A educadora Ana Domingues informou que em virtude de ter de concorrer, poderá no próximo ano letivo não fazer parte deste agrupamento e consequentemente não integrar o Conselho Geral.-------

----- Nada mais havendo a tratar lavrou-se a presente ata que depois de lida vai ser assinada pelo Presidente do Conselho Geral e por mim que a secretariei.----------

A Secretária	O Presidente do Conselho Geral
_____	_____
(Amélia Almeida)	(Carlos Silva)